



Estado da Arte da Educação Financeira: Lacunas e Tendências para Pesquisa Aplicada em Contextos Escolares

State Of The Art Of Financial Education: Gaps And Trends For Applied Research In School Contexts

Décio de Oliveira Gröhs

Mestre em Ensino de Ciências e Matemática. Secretaria de Estado de Educação do Amazonas

Resumo: O presente artigo apresenta um estudo do tipo Estado da Arte sobre a Educação Financeira no contexto escolar brasileiro, desenvolvido a partir da dissertação de Gröhs (2020), com o objetivo de identificar tendências teóricas, metodológicas e lacunas de pesquisa no campo da Educação Matemática. A investigação, de natureza qualitativa e bibliográfica, analisou nove dissertações de mestrado defendidas entre 2012 e 2018, localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. As buscas foram orientadas pelos descritores “educação financeira”, “educação financeira crítica” e “ensino médio”, abrangendo estudos voltados à prática pedagógica e à formação docente. A análise de conteúdo temática permitiu sistematizar as abordagens e categorizar os trabalhos em três vertentes principais: instrumental, tecnológica e crítica. Os resultados indicam predominância de perspectivas tecnicistas, centradas no ensino da matemática financeira, mas também o surgimento de abordagens críticas fundamentadas na pedagogia freireana e na Educação Matemática Crítica. As dissertações mais recentes evidenciam um movimento de transição conceitual, que articula criticidade, cidadania e tecnologia no ensino de Educação Financeira. O estudo conclui que o campo encontra-se em processo de consolidação e demanda o fortalecimento da formação docente, a ampliação de investigações regionais e a integração consciente das tecnologias digitais como instrumentos de mediação pedagógica emancipatória.

Palavras-chave: educação financeira; estado da arte; educação matemática crítica; formação docente.

Abstract: The present article features a State of the Art study on Financial Education in the Brazilian school context, developed from Gröhs' (2020) master's dissertation, with the objective of identifying theoretical and methodological trends and research gaps in the field of Mathematics Education. The investigation, which is qualitative and bibliographic in nature, analyzed nine master's dissertations defended between 2012 and 2018, located in the CAPES Thesis and Dissertation Catalog. The searches were guided by the descriptors "financial education," "critical financial education," and "high school," covering studies focused on pedagogical practice and teacher training. The thematic content analysis allowed for the systematization of approaches and the categorization of the works into three main aspects: instrumental, technological, and critical. The results indicate a predominance of technicist perspectives, centered on the teaching of financial mathematics, but also the emergence of critical approaches based on Freirean pedagogy and Critical Mathematics Education. The most recent dissertations evidence a movement of conceptual transition, which articulates criticality, citizenship, and technology in the teaching of Financial Education. The study concludes that the field is in the process of consolidation and requires the strengthening of teacher training, the expansion of regional investigations, and the conscious integration of digital technologies as instruments for emancipatory pedagogical mediation.

Keywords: financial education; state of the art; critical mathematics education; teacher training.

INTRODUÇÃO

Educação Financeira tem se consolidado como uma temática emergente nas discussões educacionais brasileiras, especialmente a partir da década de 2010, quando o tema passou a integrar políticas públicas e diretrizes curriculares. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/2010, consolidou-se como marco regulatório do tema, estimulando práticas voltadas à formação de cidadãos financeiramente conscientes e responsáveis. No entanto, as concepções subjacentes à Educação Financeira nas escolas ainda oscilam entre perspectivas comportamentais, tecnicistas e críticas (Gröhs, 2020).

De modo geral, prevalecem abordagens centradas na matemática financeira e no controle individual de gastos, distanciando-se de uma compreensão social e ética do uso do dinheiro. Essa tendência, presente em várias dissertações analisadas, reflete a influência de modelos econômicos liberais, que reduzem a Educação Financeira à racionalização do consumo.

Por outro lado, emergem pesquisas que defendem uma Educação Financeira crítica, fundamentada na pedagogia freireana e na Educação Matemática crítica, que propõem a leitura e a transformação da realidade social por meio da problematização do consumo, da renda e do endividamento.

Nesse cenário, o presente artigo tem como objetivo mapear e analisar as dissertações e teses sobre Educação Financeira escolar no Brasil entre 2010 e 2020, identificando tendências, lacunas e perspectivas de avanço para o campo. A proposta baseia-se no estudo desenvolvido por Gröhs (2020), que realizou um levantamento sistemático de produções acadêmicas sobre o tema, com enfoque na formação crítica e na mediação tecnológica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (A BUSCA)

O presente estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e de natureza descritivo-analítica, desenvolvida sob o formato de um Estado da Arte, conforme orientam Romanowski e Ens (2006). Essa abordagem tem como finalidade identificar, sistematizar e interpretar criticamente as produções acadêmicas que abordam a Educação Financeira no contexto escolar brasileiro, buscando compreender como o tema vem sendo construído no campo da Educação Matemática e quais perspectivas teóricas e metodológicas predominam.

A escolha pelo formato de Estado da Arte decorre do interesse em mapear tendências e lacunas que subsidiem novas investigações e práticas pedagógicas. De acordo com Minusi *et al.* (2018), esse tipo de estudo “permite não apenas organizar um panorama da produção existente, mas também apontar caminhos

e vazios epistemológicos ainda não explorados". Nesse sentido, o trabalho aqui apresentado deriva do levantamento realizado na dissertação de Gröhs (2020), que teve como foco a Educação Financeira crítica mediada por tecnologias digitais, e constituiu-se de uma busca sistemática de dissertações e teses desenvolvidas entre os anos de 2010 e 2020.

As etapas metodológicas seguiram três fases principais:

- (a) definição das bases de dados e descritores;
- (b) estabelecimento de critérios de seleção e exclusão; e
- (c) análise e categorização dos trabalhos.

Na primeira fase, a pesquisa foi conduzida nas seguintes bases:

- Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, por concentrar a produção acadêmica stricto sensu nacional;
- Google Acadêmico, utilizado como ferramenta complementar de rastreamento;
- Repositórios institucionais de universidades que possuem programas de pós-graduação em Educação Matemática, como UFS, IFES, UFJF e IFRJ.

Os descritores aplicados nas buscas foram: "educação financeira", "educação financeira crítica", "ensino médio", "educação básica" e "escola". Esses termos foram combinados pelos operadores booleanos AND e OR, a fim de ampliar a precisão dos resultados e evitar a perda de trabalhos relevantes. O recorte temporal de 2010 a 2020 foi adotado por duas razões principais:

- Marca o início das políticas públicas nacionais sobre Educação Financeira, com a criação da ENEF (Brasil, 2010);
- Coincide com o processo de inserção da temática na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de 2017.

Após a coleta inicial, que resultou em 32 dissertações e teses localizadas, passou-se à segunda fase: a seleção do corpus. Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão com base em leitura exploratória dos resumos e sumários.

Foram incluídos apenas trabalhos que:

- a) Abordavam a Educação Financeira no contexto escolar, em nível fundamental ou médio;
- b) Adotavam fundamentação teórica na Educação Matemática ou Educação Crítica;
- c) Apresentavam propostas didáticas, análises de práticas pedagógicas ou sequências de ensino;
- d) E que tratavam a Educação Financeira como parte de um processo formativo e não apenas como instrução técnica.

Foram excluídas as produções que:

- e) Focavam apenas finanças pessoais, economia doméstica ou gestão empresarial;

- f) Utilizavam a Educação Financeira apenas como ferramenta para o ensino de Matemática Financeira tradicional;
- g) Não apresentavam vinculação com a prática educativa escolar;
- h) Ou que não estavam disponíveis integralmente nos repositórios eletrônicos.

Com base nesses critérios, o conjunto final foi composto por nove dissertações de mestrado defendidas entre 2012 e 2018, todas oriundas de programas de pós-graduação em Educação Matemática ou Ensino de Ciências. Essa delimitação garantiu a consistência do corpus, pois privilegiou pesquisas com estrutura acadêmica formal e relevância para o campo da Educação.

Na terceira fase, procedeu-se à análise qualitativa dos textos. Primeiramente, realizou-se uma leitura flutuante (Bardin, 2011), com o objetivo de apreender o conteúdo global das dissertações. Em seguida, as informações essenciais foram fichadas e categorizadas, considerando os seguintes elementos: autor, ano, título, nível de ensino, referencial teórico, metodologia e principais conclusões.

Com base nos registros obtidos, elaborou-se o quadro 1, que sistematiza as características fundamentais de cada pesquisa. Essa organização favoreceu a visualização das convergências e divergências entre os estudos, permitindo identificar três grandes eixos temáticos:

1. Abordagens instrumentais e tecnicistas, centradas na aplicação de conceitos de matemática financeira;
2. Propostas de Educação Financeira crítica, voltadas à problematização do consumo e da cidadania;
3. Uso de tecnologias digitais como mediação didática.

A análise foi conduzida segundo o método de análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), buscando compreender as categorias emergentes e suas implicações educacionais. A interpretação dos dados ocorreu de modo indutivo, respeitando o contexto de cada dissertação, e as conclusões foram extraídas a partir da recorrência de temas, conceitos e metodologias entre os trabalhos.

Importa salientar que este levantamento não pretendeu esgotar a produção sobre o tema, mas oferecer uma síntese representativa das principais tendências no âmbito da pós-graduação brasileira. A escolha exclusiva de dissertações e teses visa reforçar o caráter científico e institucional da análise, uma vez que tais trabalhos constituem fontes primárias de pesquisa acadêmica e refletem o desenvolvimento epistemológico do campo.

Assim, a metodologia adotada garante rastreabilidade, rigor e coerência entre o objetivo da pesquisa e os procedimentos empregados, assegurando que a análise posterior se fundamente em evidências acadêmicas consistentes. O resultado dessa sistematização é apresentado a seguir, no quadro 1, e discutido na seção seguinte, que aborda as principais tendências e lacunas da Educação Financeira escolar no Brasil.

Quadro 1 - Síntese dos estudos sobre Educação Financeira em contextos escolares (2010-2020).

Autor(es)/Ano	Campos (2013)
Nível de Ensino	Ensino Médio
Abordagem/Metodologia	Educação Financeira Crítica; estudo qualitativo com jovens consumidores
Principais Contribuições	Analisa como a problematização do consumo favorece a formação cidadã e a consciência social
Autor(es)/Ano	Fortunato (2013)
Nível de Ensino	Ensino Médio
Abordagem/Metodologia	Matemática Financeira aplicada; abordagem prática
Principais Contribuições	Propõe atividades sobre amortização e juros, mas mantém foco instrumental
Autor(es)/Ano	Cunha (2014)
Nível de Ensino	Ensino Médio
Abordagem/Metodologia	Resolução de problemas; estudo de caso em sala de aula
Principais Contribuições	Utiliza situações financeiras do cotidiano para desenvolver habilidades matemáticas
Autor(es)/Ano	Duda (2014)
Nível de Ensino	Ensino Médio
Abordagem/Metodologia	Uso de planilhas eletrônicas; pesquisa intervintiva
Principais Contribuições	Introduz tecnologias digitais como apoio à compreensão de cálculos financeiros
Autor(es)/Ano	Amorim (2014)
Nível de Ensino	Ensino Médio
Abordagem/Metodologia	Sequências didáticas contextualizadas; abordagem construtivista
Principais Contribuições	Relaciona conteúdos de Matemática Financeira com situações reais de consumo
Autor(es)/Ano	Santos (2015)
Nível de Ensino	Ensino Médio
Abordagem/Metodologia	Educação Financeira Crítica com mediação tecnológica
Principais Contribuições	Utiliza planilhas eletrônicas para promover reflexão crítica sobre o consumo

Autor(es)/Ano	Silva (2016)
Nível de Ensino	Ensino Médio
Abordagem/Metodologia	Matemática Financeira e reflexão crítica inicial
Principais Contribuições	Discute limites do ensino tecnicista e a falta de preparo do-cente para abordagem crítica
Autor(es)/Ano	Sousa (2016)
Nível de Ensino	Ensino Fundamental
Abordagem/Metodologia	Educação Financeira e cidadania; pesquisa qualitativa
Principais Contribuições	Enfatiza valores éticos e sociais na compreensão do uso do dinheiro
Autor(es)/Ano	Freitas (2018)
Nível de Ensino	Ensino Médio
Abordagem/Metodologia	Educação Financeira Crítica na Matemática; pesquisa-ação
Principais Contribuições	Trata o consumo como questões sociocientífica e propõe práticas emancipadoras.

Fonte: Adaptado de Gröhs, 2020.

A sistematização apresentada no Quadro 1 permite visualizar a diversidade de abordagens e contextos investigados nas pesquisas sobre Educação Financeira escolar no Brasil. Os estudos variam quanto ao nível de ensino, às metodologias empregadas e à profundidade teórica, refletindo diferentes concepções sobre o papel da Educação Financeira no processo educativo. Essa organização evidencia que, embora haja crescente interesse pelo tema, a produção ainda apresenta lacunas em termos de fundamentação crítica e integração curricular. A seguir, desenvolve-se a análise interpretativa dos trabalhos, com o propósito de discutir as tendências, limitações e perspectivas que emergem do conjunto das pesquisas identificadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (O ESTADO DA ARTE)

A leitura interpretativa das nove dissertações permite identificar que o campo da Educação Financeira escolar no Brasil vem se constituindo de maneira gradual, porém ainda marcado por tensões teóricas entre perspectivas tecnicistas, comportamentais e críticas. Essa heterogeneidade demonstra que o tema se encontra em processo de consolidação epistemológica, sendo influenciado por diferentes concepções de educação e de matemática.

Do ponto de vista cronológico, observa-se uma maior concentração de pesquisas entre 2013 e 2016, período de fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação Financeira e à inserção da temática no currículo da Educação

Básica. Nesse intervalo, predominam trabalhos com caráter instrucional e pragmático, como os de Fortunato (2013), Cunha (2014) e Duda (2014). Essas produções enfatizam o domínio de cálculos financeiros, juros e amortização, com o objetivo de preparar os estudantes para a gestão de recursos pessoais. Embora relevantes do ponto de vista didático, tais estudos mantêm uma visão restrita da formação financeira, centrada em competências matemáticas e pouco atentas às dimensões sociais e éticas do consumo.

Fortunato (2013), por exemplo, propõe uma abordagem prática do ensino de Matemática Financeira com uso de calculadoras HP-12C, visando aproximar o conteúdo da realidade do mercado financeiro. Ainda que a proposta contribua para contextualizar a aprendizagem, o autor reconhece que sua abordagem “mantém-se no campo técnico, sem alcançar uma discussão mais ampla sobre o papel social do dinheiro e das finanças” (Fortunato, 2013, p. 58).

De modo semelhante, Cunha (2014) e Duda (2014) associam a Educação Financeira à resolução de problemas e uso de tecnologias digitais, defendendo que o ensino se torne mais dinâmico e acessível aos alunos. Contudo, ambos os trabalhos demonstram limitações conceituais quanto à compreensão da Educação Financeira como prática crítica. Duda (2014, p. 72) ressalta que “as planilhas eletrônicas auxiliam no cálculo e na organização dos dados, mas não substituem o debate sobre as causas e consequências das decisões financeiras”, evidenciando a necessidade de articulação entre tecnologia e reflexão.

Em contraposição a essas abordagens instrumentais, começam a emergir, a partir de 2013, propostas de Educação Financeira crítica, que buscam ultrapassar a lógica da racionalidade econômica e promover uma leitura mais ampla da realidade social. Campos (2013) é pioneira nesse movimento ao discutir o papel da Educação Financeira na formação de jovens consumidores, argumentando que a escola deve contribuir para a tomada de decisões conscientes, pautadas em valores éticos e na compreensão das desigualdades sociais.

Santos (2015) reforça essa vertente ao propor uma prática de Educação Financeira crítica mediada por planilhas eletrônicas. Para o autor, a tecnologia pode ser um instrumento de emancipação, desde que orientada pela reflexão sobre os impactos do consumo na vida social e ambiental. Essa combinação de tecnologia e criticidade representa um avanço significativo, pois introduz o uso de recursos digitais como ferramenta de conscientização, e não apenas como suporte técnico.

Freitas (2018) aprofunda essa linha ao desenvolver uma proposta de Educação Financeira crítica ancorada na Educação Matemática Crítica de Skovsmose, tratando o consumo como questão sociocientífica. A autora argumenta que o ensino de Matemática deve promover a leitura do mundo antes da leitura dos números, e que o debate sobre consumo e endividamento pode fomentar a consciência política dos estudantes. Sua pesquisa destaca-se por propor uma prática emancipadora, baseada no diálogo e na problematização, e não apenas na transmissão de técnicas.

Também se destaca a dissertação de Sousa (2016), que aborda a Educação Financeira sob a perspectiva da cidadania e dos valores éticos. Realizada no Ensino Fundamental, a pesquisa propõe trabalhar o tema a partir de discussões sobre solidariedade, planejamento e consumo consciente. Para Sousa (2016, p. 65), “a Educação Financeira deve contribuir para a formação humana e para o exercício da cidadania, não se restringindo ao ensino de cálculos ou à ideia de enriquecimento individual”.

A dissertação de Silva (2016), embora ainda vinculada à Matemática Financeira tradicional, traz uma reflexão autocrítica relevante: a constatação de que os professores não possuem formação específica para tratar o tema de modo interdisciplinar e crítico. O autor observa que essa lacuna dificulta a implementação de propostas significativas e leva à reprodução de práticas mecanizadas.

Por fim, Amorim (2014) apresenta uma proposta de ensino por sequências didáticas contextualizadas, explorando situações do cotidiano dos alunos, como o uso do cartão de crédito e o consumo familiar. Sua contribuição está na tentativa de aproximar o conteúdo matemático da realidade social, ainda que sem a densidade teórica observada nas dissertações mais recentes.

De modo geral, a análise das nove dissertações evidencia que a Educação Financeira escolar brasileira encontra-se em transição, deslocando-se de uma abordagem puramente técnica para uma concepção mais crítica e contextualizada. A presença de estudos como os de Freitas (2018), Santos (2015) e Sousa (2016) indica o fortalecimento de uma perspectiva emancipatória, que reconhece a Educação Financeira como instrumento de formação cidadã.

Ainda assim, persistem lacunas significativas: a escassez de estudos em regiões periféricas, a ausência de formação docente específica e a necessidade de integrar a Educação Financeira às tecnologias digitais de forma crítica. Essas questões, retomadas nas considerações finais, constituem desafios centrais para o avanço do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Estado da Arte teve como objetivo analisar as produções acadêmicas sobre Educação Financeira em contextos escolares no Brasil, a partir de dissertações de mestrado desenvolvidas entre 2012 e 2018, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O levantamento e a análise dos nove trabalhos selecionados possibilitaram compreender o modo como essa temática vem sendo abordada no campo da Educação Matemática e identificar tendências teóricas, lacunas metodológicas e perspectivas para o avanço da pesquisa.

De forma geral, constatou-se que o campo da Educação Financeira escolar se encontra em processo de consolidação e caracteriza-se por uma diversidade de enfoques. A análise revelou a coexistência de três grandes vertentes: a instrumental, a tecnológica e a crítica.

A primeira, mais recorrente nas dissertações defendidas entre 2013 e 2016, ancora-se na Matemática Financeira e nas práticas de cálculo aplicadas a situações cotidianas, buscando desenvolver nos estudantes competências para administrar recursos, compreender juros, realizar orçamentos e planejar o consumo. Essa vertente, representada por autores como Fortunato (2013), Cunha (2014) e Silva (2016), contribui para a inserção da temática no currículo, mas mantém uma visão limitada e individualizante da Educação Financeira, voltada ao controle de gastos e à racionalização do comportamento do consumidor.

A vertente tecnológica, por sua vez, destaca-se em estudos como os de Duda (2014) e Santos (2015), que introduzem o uso de planilhas eletrônicas e recursos digitais como instrumentos didáticos. Embora inicialmente empregados para fins operacionais, esses recursos revelam potencial para tornar o ensino mais dinâmico e aproximar o conteúdo da realidade dos alunos. Santos (2015) avança ao propor uma abordagem crítica mediada por tecnologia, demonstrando que os meios digitais podem atuar como ferramentas de reflexão, quando orientados por uma intencionalidade pedagógica voltada à formação cidadã. Essa perspectiva dialoga com o entendimento contemporâneo de que as tecnologias, longe de neutras, constituem-se como meios culturais de produção de conhecimento e podem ser empregadas para questionar, e não apenas reproduzir, práticas de consumo.

A vertente crítica, mais expressiva nas dissertações de Campos (2013), Sousa (2016) e Freitas (2018), representa um movimento de ruptura com a visão tecnicista predominante nas primeiras produções. Inspiradas na Educação Matemática Crítica e na pedagogia freireana, essas pesquisas compreendem a Educação Financeira como um instrumento de emancipação social, capaz de promover a leitura crítica da realidade econômica e das relações de poder que atravessam o consumo, o trabalho e a desigualdade. Nessa perspectiva, ensinar Educação Financeira implica problematizar valores, hábitos e estruturas sociais, situando o aprendizado matemático no contexto das vivências concretas dos estudantes.

Essas dissertações apontam que a formação para o consumo consciente deve ir além do cálculo e da gestão racional, englobando dimensões éticas, políticas e ambientais. Freitas (2018), ao propor o consumo como questão sociocientífica, reforça o papel da escola como espaço de debate e conscientização sobre as implicações das escolhas econômicas. Do mesmo modo, Sousa (2016) evidencia que o desenvolvimento de atitudes solidárias e de responsabilidade coletiva pode ser uma via de transformação social mediada pela Educação Financeira.

Outro aspecto relevante identificado neste Estado da Arte diz respeito à formação docente. A maioria das dissertações analisadas reconhece que os professores da Educação Básica não possuem preparação específica para trabalhar com a Educação Financeira de modo interdisciplinar e crítico. Essa ausência de formação inicial e continuada limita a inserção do tema no currículo e conduz à reprodução de práticas fragmentadas. Para Silva (2016), o desafio reside em criar condições para que o professor compreenda o caráter social e cultural das finanças, superando a abordagem meramente matemática. Essa lacuna evidencia a necessidade de políticas públicas e programas institucionais que incluam a Educação Financeira nos cursos de licenciatura e em projetos de formação continuada.

Outro ponto a ser destacado é a desigualdade regional da produção científica. O levantamento mostrou que a maioria das pesquisas foi desenvolvida em instituições do Sul e Sudeste do país, com escassa representatividade de estudos nas regiões Norte e Nordeste. Essa concentração reflete tanto o histórico de distribuição desigual dos programas de pós-graduação quanto a ausência de incentivo a pesquisas contextualizadas em realidades socioeconômicas distintas. Gröhs (2020), ao desenvolver sua investigação na Amazônia Ocidental, demonstrou que os contextos regionais exercem influência direta nas práticas de ensino e nas concepções de dinheiro e consumo, o que reforça a importância de ampliar o olhar para além dos grandes centros.

Dessa forma, este Estado da Arte evidencia que o campo da Educação Financeira ainda demanda ampliação conceitual e diversificação metodológica. As produções analisadas indicam avanços significativos, especialmente nas propostas críticas e no uso pedagógico das tecnologias, mas apontam também para desafios persistentes, como a carência de fundamentação teórica consistente, a falta de integração curricular e a necessidade de articulação entre Educação Matemática, ética e cidadania.

Conclui-se que a consolidação de uma Educação Financeira crítica e emancipatória depende do fortalecimento da formação docente, da ampliação das investigações regionais e da incorporação consciente das tecnologias digitais como instrumentos de mediação pedagógica. As futuras pesquisas podem aprofundar o debate sobre como as práticas de Educação Financeira contribuem para a transformação social e o empoderamento dos estudantes, especialmente em contextos vulneráveis.

Assim, o presente estudo reafirma a relevância da Educação Financeira no espaço escolar, não apenas como campo de conhecimento emergente, mas como dimensão essencial da formação humana. Compreender o dinheiro, o consumo e o trabalho como elementos da vida social é condição para formar cidadãos capazes de intervir criticamente na realidade e de construir alternativas mais justas e solidárias para o futuro.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. R. **Educação matemática financeira por meio de sequências didáticas: duas aplicações cotidianas.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.** Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre sua estrutura de governança e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

CAMPOS, A. B. Investigando como a educação financeira crítica pode contribuir para a tomada de decisões de consumo de jovens-indivíduos-consumidores (JIC's). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

CUNHA, C. L. D. Educação financeira: uma perspectiva da disciplina matemática no ensino médio pela resolução de problemas. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

DUDA, R. Matemática financeira e planilhas eletrônicas: uma abordagem com incorporações de recursos computacionais. 2014. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

FORTUNATO, S. Matemática financeira, sistemas de amortização de empréstimos e análise de investimentos: uma proposta prática com a utilização da HP-12C. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2013.

GRÖHS, D. Educação Financeira Crítica: o caso dos alunos do 2º ano do Ensino Médio de uma escola de Boca do Acre - AM com mediação de aplicativos móveis. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2020.

FREITAS, A. C. C. D. A educação financeira na perspectiva da matemática crítica: o consumo como questão sociocientífica no ensino médio. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto Federal do Rio de Janeiro, Nilópolis, 2018.

MINUSI, R. M.; SOUZA, C. A.; SANTOS, M. C. Metodologia do Estado da Arte: fundamentos e procedimentos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2018.

SANTOS, R. M. Educação financeira no ensino médio: uma abordagem crítica com uso de planilhas eletrônicas. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2015.

SILVA, E. J. M. Matemática financeira e educação financeira: reflexões críticas no ensino médio. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2016.

SOUSA, E. L. Educação financeira como instrumento de cidadania: perspectivas no ensino fundamental. 2016. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas “estado da arte” em educação. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.